

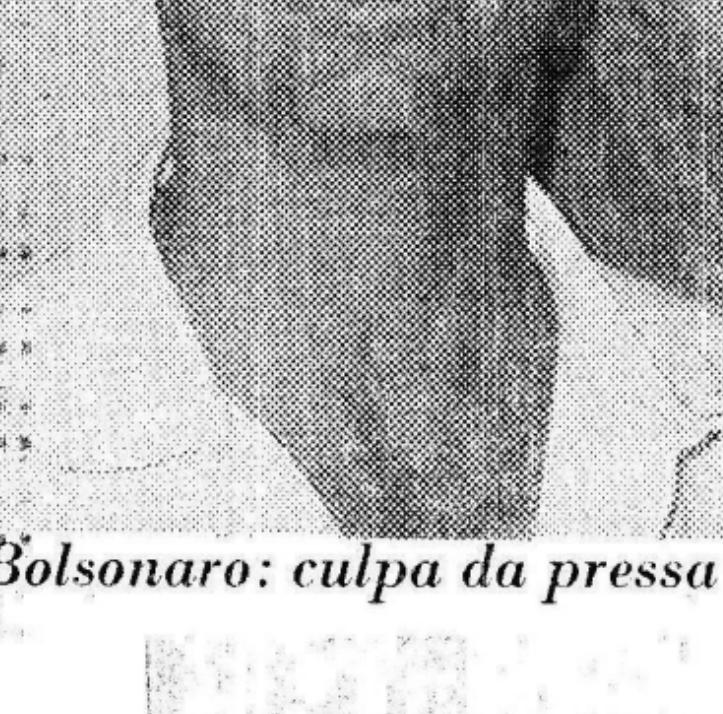
Prática já foi usada em março

Além dos oficiais que telefonaram para o ministro, entraram no lobby o Clube Militar do Rio de Janeiro e a Federação das Associações de Militares da Reserva. A solução saiu da caneta do relator, senador Alexandre Costa (PFL-MA). Mesmo em se tratando de emenda aditiva — houve o enxerto da expressão “filhas solteiras” no texto da lei, alterando-lhe o conteúdo —, a modificação foi tratada como uma emenda de redação, dispensando o retorno à Câmara. “Acho que optaram por este critério devido à urgência, pois precisávamos fechar a folha de pagamento de agosto”, opina o deputado Jair Bolsonaro.

O que mais preocupa o deputado Paulo Hartung é que o Senado é reincidente neste ato de distração ou má fé. Ele próprio já usou a tribuna da Câmara para fazer denúncia semelhante no início de março, durante a votação do Plano Collor II. Na ocasião, a bancada do PSDB no Senado conseguiu derrubar no voto o artigo da Medida Provisória 295 que isentaria da cobrança de PIS-Pasep todos os financiamentos para o programa de competitividade industrial. Curiosamente, porém, o item rejeitado pelos senadores em plenário foi incluído na redação final da lei, que acabou sancionada pelo presidente da República.

Diante da denúncia de Hartung, o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), decidiu à época fazer um comunicado ao presidente Fernando Collor. Imediatamente, o Planalto tratou de mandar republicar a lei, desta vez sem o polêmico artigo que o Senado rejeitara. “Não sei que medidas serão tomadas pela presidência da Câmara agora”, diz Hartung. Mesmo destacando sua condição de economista, e não de jurista, o deputado arrisca um palpite político: “Na minha opinião, o dispositivo alterado não tem eficácia legal, porque não seguiu o trâmite previsto na Constituição, passando pelo crivo da Câmara dos Deputados.”

Olavo Rufino — 9/10/90



Bolsonaro: culpa da pressa